

COMO O USO DO TERRITÓRIO TEM ACONTECIDO NA GESTÃO DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL? AS POSSIBILIDADES ATUAIS DE USÁ-LO NO SENTIDO DA CONCRETIZAÇÃO DE UMA NOVA DINÂMICA SOCIOESPACIAL EM RECIFE/PE¹

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO²

RESUMO

Este artigo discute como o uso do território tem acontecido na gestão de programas de inclusão social, destacando o seu papel na gestão de políticas públicas relativas ao trabalho, no contexto histórico-geográfico dos nossos dias. Nesta perspectiva, mostra-se o papel do espaço geográfico, como uma instância social, no processo de formulação e implementação de ações governamentais voltadas à promoção do trabalho em Recife. Compreendendo o trabalho, não apenas como o exercício de determinadas funções no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, como um processo do qual também participam mecanismos de formação ao desempenho dessas funções e à consciência da real situação de cada pessoa no mercado de trabalho e na cidade, chega-se a uma reflexão sobre a natureza sócio-filosófica da criação de novas dinâmicas sócio-espaciais na cidade, vislumbrando perspectivas de possibilidades de se usar o espaço de modo sócio-espacialmente conseqüente.

Palavras-Chave: Território (usado), Trabalho, Programas de inclusão social, Qualificação ao trabalho, Novas dinâmicas sócio-espaciais.

ABSTRACT

This article discusses the use of territory in the government's policies on poor people places at the present historical context. It shows up the action of geographical space as an 'instância social' used by the government's on working classes without formal occupations in Recife specially. We understand the work not only as a mere task to make; but like a whole socio-spatial process too, including the function and consciousness of people within the society in order to learn the socio-philosophical nature of the use of territory by the agents of government's policies toward resolve social problems. The experience of "Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda" is one way to create something new with regard to socio-spatial organization, however there are many problems to overcome in the direction of a different urban reality.

Key-Words: Territory (used), Working, Government's policies on poor people, Working qualification, New socio-spatial process.

¹ Artigo fundamentado em alguns dos resultados principais de uma pesquisa realizada com o apoio financeiro do CNPq, instituição, aliás, à qual prestamos os nossos agradecimentos, sobretudo pelo apoio que nos tem dado ao conceder-nos uma bolsa de produtividade em pesquisa. A redação atual deste texto partiu de duas reflexões realizadas em duas comunicações anteriores apresentadas no VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET, realizado em João Pessoa, e no II Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território. Participação e Dinâmicas Espaciais, realizado na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, em março e setembro de 2007.

² Prof. Adjunto dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cjmc@ufpe.br e clAudio.castilho@pesquisador.cnpq.br.

1. INTRODUÇÃO

No contexto histórico-geográfico atual, ao qual Harvey (1996) deu o nome de *transição do fordismo à acumulação flexível*³, muitas transformações estão a ocorrer no mundo do trabalho. Dentre essas transformações, confrontando-se diretamente com a rigidez do fordismo, citamos, com o apoio das palavras do próprio Harvey (1996), aquelas que, carregadas de intensa flexibilidade e mobilidade:

permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...] Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

No Brasil, essas transformações passaram a ser mais evidentes e intensas, sobretudo, a partir do final dos anos 1980 e início de 1990 quando, efetivamente, começaram a ocorrer no país alguns dos pressupostos fundamentais do neoliberalismo:

³ Contexto este que, conforme o referido autor, começou a ocorrer, no mundo, por volta da segunda metade dos anos 1970 e, no Brasil, segundo a nossa visão, teve o seu início, sobretudo, a partir do começo dos anos 1990 quando o governo federal – presidido por Fernando Collor de Mello – começou a implantar ações e, sobretudo, a divulgar elementos do discurso neoliberal, de modo mais significativo no nosso país, embora a concretização desses elementos tenha acontecido em governos posteriores, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso.

desmonte do Estado regulador, privatização de setores estratégicos da nação e maior flexibilidade quanto à gestão do mercado de capitais e de trabalho dentre outros. Esse conjunto de elementos implicou, posteriormente, segundo Antunes (2002), em sérios prejuízos e problemas, principalmente, para as *classes que vivem do trabalho*.

Em Recife, por exemplo, o desemprego continuou sendo um problema sério, sobretudo no que diz respeito à faixa da população jovem. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2004, o Recife possuía um dos piores índices de desemprego de jovens do Brasil; desse modo, da população total do município, pelo menos 46% eram de jovens que se achavam fora do mercado de trabalho (Diário de Pernambuco, 11/03/2007, Economia).

Com efeito, houve transformações significativas quanto aos processos e à natureza do trabalho; mas o trabalho não deixou de ser importante para a sociedade atual; ele apenas passou a apresentar uma outra configuração socioespacial mais prejudicial às classes que vivem do trabalho. Por isto é que, argumenta Antunes (2002), faz-se pertinente:

a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. (itálicos no original)

Além da permanência de um conjunto de dificuldades – materiais e simbólicas – existentes no Brasil, que impediam o acesso, sobretudo, daquelas pessoas a um posto de trabalho em uma atividade vinculada ao *circuito superior da economia urbana*⁴, uma grande parte delas não dispunha da qualificação exigida ao referido acesso. O que, evidentemente, se faz mais sério em países onde persiste o problema da permanência de fortes desigualdades sócio-territoriais.

Concomitantemente, grupos sociais pobres da sociedade local, percebendo essas transformações, reivindicam não apenas o acesso a um posto de trabalho no mercado

⁴ Segundo Santos (2003), “O circuito superior [da economia urbana] é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte das relações ocorrem fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividade de pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano.” Ademais, “o circuito inferior funciona como uma bomba que drena a poupança popular para o circuito superior pelos canais de consumo de tipo moderno, das loterias, dos programas de construção de casas e do financiamento, pelo Tesouro Público, de infra-estruturas econômicas e sociais indispensáveis ao funcionamento de atividades modernas.”

urbano. Mas também o acesso a algum tipo de qualificação mediante a qual possam conseguir a sua qualificação aos “novos” empregos disponíveis no referido mercado. Esta reivindicação vale, tanto para aquelas pessoas que se acham incluídas no mercado de trabalho, quanto àquelas que não se acham ainda aí incluídas, mas que almejam um *emprego decente*.

E isto acontece de tal maneira que, nos dias de hoje, o acesso a mecanismos de qualificação ao trabalho tornou-se uma das principais reivindicações presentes na consciência de muitas pessoas, em todos os grupos sociais que vivem nas cidades. Daí a importância de, também, considerarmos a dimensão subjetiva da análise geográfica. Não é à toa que, não somente na pauta de reivindicações dos movimentos sociais, mas também nas plataformas políticas de qualquer candidato a um cargo público no executivo – e mesmo no legislativo – sempre se faz menção à necessidade de se investir em ações voltadas à qualificação de pessoas ao trabalho, principalmente àqueles tipos de trabalho vinculados às novas atividades do mundo contemporâneo: turismo, cultura, tecnologia, comércio de ponta, serviços privados de educação e saúde, etc.

Porém, muitas vezes, quando essas promessas chegam a acontecer, os objetivos – mais precisamente o de qualificar para promover a inclusão social dos pobres – constantes dos programas de ações governamentais voltados à qualificação de pessoas para trabalharem em atividades do *circuito superior da economia urbana* não se concretizam, em função de um conjunto de fatores, dentre os quais este texto pretende discutir o papel do uso da dimensão espacial à resolução do problema. Daí decorre a seguinte questão: em que medida o espaço geográfico – aqui entendido como território⁵ – está sendo pensado e praticado de modo conseqüente? Ou será que a maneira mediante a qual o território está sendo usado pelos gestores dos referidos programas dificulta a concretização dos objetivos propostos pelos programas sociais em epígrafe?⁶

⁵ Convém lembrar que o conceito de território aqui empregado não se limita à idéia de um lugar *topofílico*, mas, apesar de considerar a dimensão subjetiva do processo de produção do espaço geográfico, como dito acima, estamos compreendendo o território como um lugar enquanto um ponto de coexistência e também de conflitos entre horizontalidades e verticalidades.

⁶ Embora o objeto de análise da pesquisa que embasa esta reflexão esteja representado pelos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda em Recife, não se está considerando-o como um recorte isolado da totalidade. Ademais, a elucidação da particularidade ajuda-nos a compreender, também, a totalidade mediante a comparação entre os vários casos estudados, os quais, por sua vez, acham-se articulados ao processo de totalização da sociedade.

2. O TERRITÓRIO COMO UMA INSTÂNCIA SOCIAL

A sociedade sem o espaço geográfico é pura abstração, pois todos os processos sociais acontecem em algum lugar, utilizando-se também das especificidades – naturais e, hoje principalmente, fixadas historicamente no espaço – do lugar em que eles acontecem. Por isso é que o espaço geográfico é produto e, ao mesmo tempo, condição da realização das ações da própria sociedade. Em outras palavras, o espaço geográfico constitui uma instância social, uma dimensão fundamental à realização da própria sociedade.

Convém reiterar que a organização social que pressiona o Estado por políticas públicas e as próprias ações do Estado – local – baseiam-se em espaços: bairros, agrupamentos de bairros, setores geográficos etc. Sendo assim, da mesma forma que esses processos ocorrem em algum lugar, as especificidades deste lugar, ao mesmo tempo, condicionam a realização desses processos. Neste sentido, no que diz respeito, ainda, ao papel do espaço na sociedade, Souza (2000) alerta-nos para o fato de que, vale a pena reiterar:

Vários autores [...] têm chamado a atenção, de forma contundente, para a freqüente e tradicional negligência para com o espaço entre as ciências sociais. [...] No entanto, o problema da negligência ou pelo menos, da banalização da dimensão espacial persiste. A dimensão espacial da realidade social tem sido, recorrentemente, relegada a uma posição secundária, tratada como um epifenômeno. Não obstante, [...] o espaço está longe de ser um epifenômeno. Ao mesmo tempo que é um produto social, o espaço condiciona as relações sociais.

É neste sentido que trataremos do papel do território na dinâmica de uma geografia do trabalho, mediante o caso de uma ação governamental da prefeitura do Recife voltada, em princípio, à qualificação de pessoas que procuram fazer os cursos oferecidos em instituições públicas e, por sua vez, à sua inclusão social efetiva; muito embora tenhamos a consciência de que esta ação *per se* não é suficiente à construção do que Santos (1987) chamou *espaço do cidadão*.

Convém, antes de tudo, entender o que é o território, nesta perspectiva. Não se está considerando o território como um lugar construído meramente por relações de *topofilia*, ao longo do tempo, inerentes a uma perspectiva limitada de uma *geografia da percepção*, como já avançamos anteriormente em nota de rodapé. Porém, sem deixar de considerar também o valor da contribuição deste procedimento da análise geográfica, no âmbito da *psicosfera*, numa perspectiva mais abrangente, de acordo com Santos (1997), é:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Nesse sentido, o território é um lugar de coexistência de *verticalidades* e *horizontalidades*, como uma totalidade num permanente processo de totalização que acontece em alguma direção, segundo algum sentido. Como verticalidades, o território constitui o *locus* de processos que geram fixos e fluxos inerentes a uma *ordem distante*, ou seja, aos interesses do capitalismo global referentes a: uma maior celeridade do processo de reprodução e acumulação de capital em contextos de crise de superprodução; propostas de maior flexibilidade dos mercados de capital e do trabalho como soluções ao enfrentamento da referida crise; à criação de *fábulas* que, pelo menos imaginariamente, façam com que as pessoas pensem que as alternativas que lhes estão sendo propostas mudarão, num futuro próximo, as suas vidas, ainda que isto não passe de fantasia – por exemplo, a promessa da inclusão social pela qualificação, etc.

Como horizontalidades, o território constitui o *locus* de processos que geram fixos e fluxos inerentes a uma *ordem próxima*, ou seja, referem-se: ao espaço da vida cotidiana das pessoas, onde as coisas acontecem de modo mais lento; ao espaço de encontro de pessoas e grupos sociais que, percebendo e discutindo o seu dia-a-dia, terão condições de resistirem aos impulsos destruturadores de processos externos às suas reais necessidades de vida; ao espaço de resistência ao que não pode ser salutar à sua vida, etc. É no âmbito das horizontalidades que se deve pensar na questão da proximidade entre os objetos espaciais (os fixos) e as ações das pessoas, visando à facilitação do processo de construção da cidadania. Neste sentido, vale lembrar que:

a proximidade que interessa ao geógrafo [...] não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são

apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade [...] pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade (SANTOS, 1997)

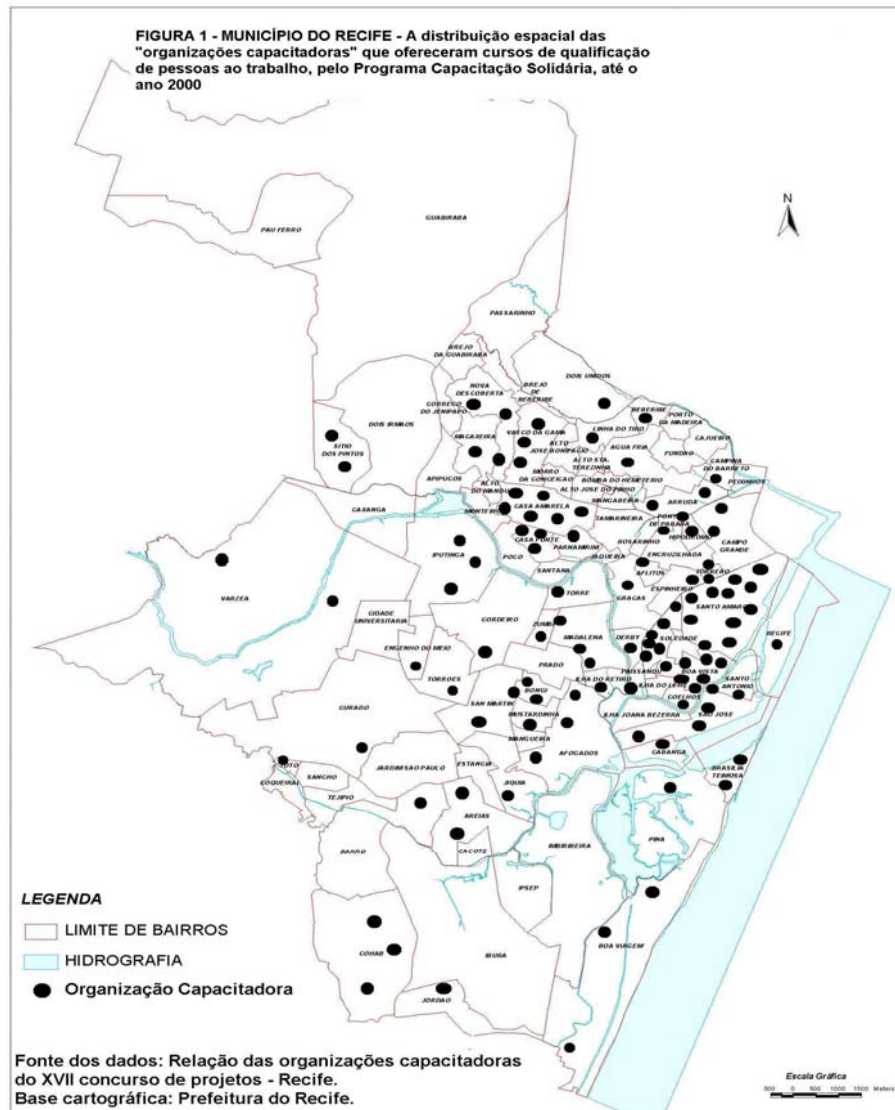
É no território, portanto, que acontece tudo o que diz respeito também à vida das pessoas, incluindo os processos relativos à dinâmica do trabalho, ainda que esses processos conflitem com interesses dominantes voltados apenas à acumulação de capital. Desse modo, é no território que as pessoas mobilizam-se por melhores condições de vida e trabalho e que se realizam ações que visam promover o acesso de pessoas a um curso de qualificação e outros mecanismos de acesso ao trabalho; e isto se faz ainda mais relevante em uma realidade na qual conseguir um posto de trabalho – notadamente em uma atividade ligada ao *circuito superior da economia urbana* – torna-se cada vez mais difícil para grande parte dos cidadãos.

Tradicionalmente, as experiências de ações voltadas à promoção de pessoas de (baixa renda) ao mercado de trabalho têm acontecido mediante investimentos na oferta de cursos de qualificação ao trabalho. Estes cursos têm ocorrido de maneira assistencialista e, por conseguinte, socioespacialmente muito limitada, mediante uma perspectiva de localização de “escolas” que não levavam em conta as reais necessidades cotidianas das pessoas para as quais aqueles cursos eram oferecidos. Isto tudo numa perspectiva “bancária” do ensino, visando apenas, em cada lugar onde passavam a ocorrerem, ao treinamento de pessoas para o desempenho de tarefas, mecanicamente, no mercado de trabalho urbano. Os cursos profissionalizantes de corte e costura, culinária, marcenaria, eletricitista, pedreiro etc., oferecidos até à década dos anos 90 do século XX em Recife, são exemplos bastante conhecidos dessas experiências de “profissionalização” (CASTILHO, 2003).

Essas experiências continuam acontecendo em muitos territórios da nossa cidade até os nossos dias. Ademais, segundo Arcoverde (1991), estas experiências visavam, notadamente, à construção de uma *pax social*, ou seja, de mecanismos de atenuação de tensões sociais inerentes a uma formação sócio-territorial extremamente desigual e, por conseguinte, injusta.

A partir dos anos 1990, sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso, durante a retomada de consolidação do projeto neoliberal no Brasil, iniciado por Fernando Collor de Mello, implementa-se uma ação não muito diferente dessas experiências, mas

que era apresentada como nova e empreendedora: a do Programa Capacitação Solidária – PCS (Figura 1).



Este programa possuía como principal objetivo, a inclusão social das pessoas que haviam perdido os seus empregos em função da intensificação da flexibilização na produção e no modo de vida e, principalmente, daquelas que nunca tinham sido incluídas ou haviam sido precariamente incluídas na sociedade brasileira – ou seja, a maioria. Porém, os cursos oferecidos pelo PCS não conseguiram concretizar aquele objetivo visto que, na prática, continuavam sendo assistencialistas e intermitentes quanto ao seu funcionamento, sem nenhuma sustentabilidade, não obstante a formulação e divulgação de um discurso que pretendia combater os aspectos próprios dos programas sociais anteriores.

Todavia, dando prioridade aos investimentos em projetos oriundos de lugares pobres das cidades brasileiras, voltados notadamente para jovens desocupados pertencentes a famílias de baixa renda, o PCS não passou de uma *fábula*, ou seja, de um mecanismo ideológico utilizado com a intenção de fazer com que as pessoas acreditassem que alguma coisa estava sendo realizada para incluir os que haviam sido “excluídas” e, sobretudo, aquelas que sempre estiveram numa posição de precariamente incluídos na sociedade.

Quando se olha atentamente para a figura anterior, nota-se que a localização e distribuição espacial da realização dos projetos de oferecimento dos cursos de qualificação ao trabalho, podemos perceber melhor a real finalidade do PCS, ou seja, a de atenuar iminentes tensões sociais. O que fica ainda mais evidente no momento em que superpõem-se esses aspectos àqueles concernentes à densidade demográfica e à distribuição espacial dos chefes de domicílios pertencentes aos grupos de pessoas que recebem até dois salários mínimos.

Nesta perspectiva, a proximidade geográfica quanto ao oferecimento dos cursos em causa serviu mais para fins de atenuação de iminentes tensões sociais ao nível do mercado de trabalho em períodos de crise do modelo de acumulação e, conseqüentemente, de legitimação política de quem se acha à frente do Estado do que para fins da construção do espaço da cidadania (CASTILHO, 2003, 2004). Disto, percebemos, como já dizia Michel Foucault em sua *Microfísica do Poder*, que a organização espacial constitui uma estratégia fundamental à concretização dos interesses dominantes. Nesse sentido o território constitui, claramente, uma instância social.

Contudo, quando uma gestão mais progressista, pelo menos mais sensível às questões sociais, ligada ao Partido dos Trabalhadores – PT assume o executivo municipal em 2001, em Recife, dá-se início a uma outra fase, talvez a uma fase inaudita no que tange à gestão de ações de qualificação ao trabalho. Mas em que medida esta gestão conseguirá, efetivamente, criar novas dinâmicas sócio-espaciais para contribuir à construção do espaço da cidadania? Como o território está sendo considerado nesta nova dinâmica? Será que o espaço está sendo pensado e praticado como uma instância social ou continua sendo usado como um mero receptáculo de ações, concebido como uma planície isotrópica, homogênea?

3. TERRITÓRIO, TRABALHO, NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADANIA: UMA HIPÓTESE QUE PODE SE TORNAR REALIDADE!

Antes de darmos prosseguimento à nossa discussão, devemos deixar claro qual é a relação do espaço com a cidadania e o que é o espaço da cidadania. Sendo assim, no que concerne ao primeiro ponto, convém lembrar que:

Cada homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam (itálicos no original) (SANTOS, 1987).

E as pessoas do lugar têm consciência disto. Tanto é que, no conjunto da pauta de reivindicações das associações sociais que animam o movimento social dos moradores – ainda que muitos desses movimentos funcionem como *ativismo de bairro* – tem-se destacado a reivindicação dos objetos espaciais sem os quais não se consegue viver na sociedade contemporânea: escola de ensino fundamental, escola de ensino médio, posto de saúde, área de lazer, centro cultural, centro esportivo, escola de formação profissional, etc.

O conjunto desses objetos espaciais constitui, junto a outros tantos, um meio não somente à realização da inclusão social como, concomitantemente, à da construção do espaço da cidadania o qual, no nosso entender, é, portanto, o espaço em que existem as condições fundamentais ao exercício da cidadania. E isto não somente na perspectiva do acesso físico àqueles objetos, mas, ao mesmo tempo, na perspectiva da realização, segundo a visão do Henri Lefebvre, do *direito à cidade*. Neste sentido, tem-se que pensar também em que medida aqueles objetos estão, efetivamente, viabilizando ações sociais conseqüentes – ou seja, aquelas que se colam realmente às necessidades das pessoas envolvidas e não somente àquelas dos grupos sociais dominantes, tendendo à promoção de uma situação socioespacial mais justa.

Destarte, no âmbito do trabalho, a sociedade vem reivindicando não apenas o acesso a um posto de trabalho, como também, pelo trabalho, a sua integração à vida na cidade. Um pouco levando em conta este desejo da sociedade, a atual gestão da Prefeitura do Recife – PR, desde 2001 até ao momento atual, com base em experiências positivas de

outros lugares (Rio Grande do Sul, São Paulo etc.), vem pensando e praticando uma experiência, de certa feita, inovadora e criativa. Trata-se da criação dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda – CPPTRs.

No início das discussões sobre a criação dos CPPTRs, pensou-se também na aproximação desses objetos espaciais com relação às áreas de maior presença de chefes de domicílio de mais baixa renda como critério de localização espacial (a exemplo do caso do Centro Público de Casa Amarela); bem como na sua aproximação de áreas industriais (a exemplo do Centro Público de Totó), critérios associados ao da sua localização à margem de importantes eixos viários. Mas é um erro nortear-se por critérios isolados de um contexto sócio-espacial mais amplo e complexo.

Na prática, parece-nos que se precisa avançar muito mais, procurando considerar um conjunto de aspectos que, vinculados a especificidades históricas calcadas em práticas assistencialistas, clientelistas e oportunistas, acabam impedindo o desabrochar dessa experiência.

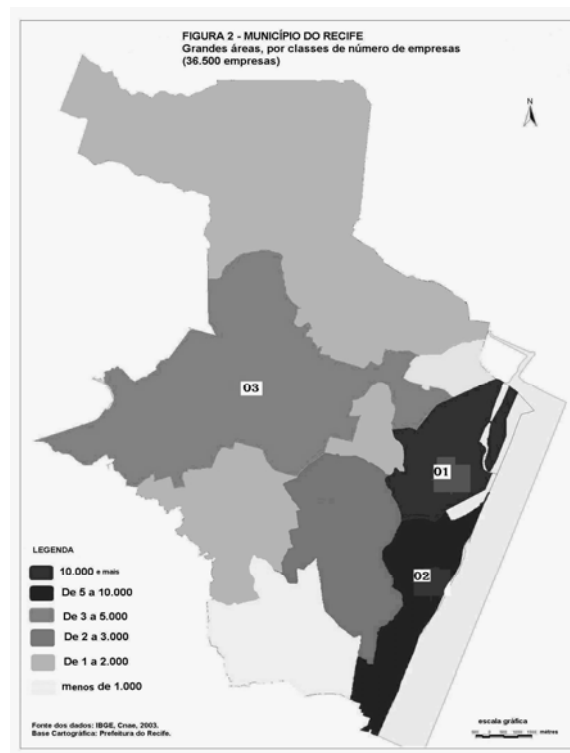
Até agora, só existem dois CPPTRs em funcionamento, situados, cada um, em um ponto, geralmente à margem de eixos viários, próximo a áreas nas quais residem significativos contingentes de pessoas pobres: um na Região Político-Administrativa (RPA) 05 e outro na Região Político-Administrativa (RPA) 03⁷. A fixação de um Centro Público em cada RPA foi uma meta colocada quando do início das discussões acerca da criação dessas instituições.

Em que medida, faz-se interessante ter como critério de localização espacial uma RPA? Seria muito mais interessante procurar localizar os CPPTRs com base no território vivido das pessoas e não em áreas, geometricamente planas, criadas para servirem de suporte de dados e informações à gestão da cidade a exemplo daquelas representadas pelas RPAs. Portanto, na medida em que esta localização é fundamentada na idéia de um espaço plano e estático, incorrer-se-á numa série de distorções referentes ao espaço e à sua gestão. Em vez de uma planície isotrópica estática como mero receptáculo de dados e informações estatísticos, o espaço deve ser pensado e usado como instância social dinâmica e diversa, como vimos no item anterior.

⁷ Atualmente, o município de Recife é dividido, para fins administrativos, em seis Regiões Político-Administrativas – RPA s as quais, por sua vez, são subdivididas em microrregiões compostas de bairros. Inicialmente, pensou-se em criar seis CPPTR s, ou seja, um para cada RPA. Porém, em função de limitações financeiras, bem como de resistências à execução da proposta no seio da própria Prefeitura, ainda não se conseguiu inaugurar outros centros públicos. Provavelmente, dentro de poucos meses inaugurar-se-á um outro CPPTR no bairro do Recife (RPA 01), e, sabe-se lá, quando se inaugurarão outros.

Segundo lideranças comunitárias e alguns frequentadores de cursos nos CPPTRs, entrevistados, se em vez do Centro Público do Totó e de Casa Amarela, existissem outros próximos dos seus territórios de vida, muitas outras pessoas já teriam sido beneficiadas quanto ao acesso às ações que têm lugar naquelas instituições. Por isso, tem-se que pensar em outros critérios de localização dos CPPTRs e isto de acordo com as necessidades reais das pessoas que procuram os serviços por eles prestados.

Por que razão também não se considera a localização dos Centros Públicos nas áreas onde se acham concentradas as empresas existentes na cidade? Este também poderia ser um critério interessante a ser considerado visto que a proximidade entre os cursos, as experiências de incubação e as empresas poderia facilitar o acesso a um posto de trabalho a partir, por exemplo, da realização de um estágio. Critério que, conforme opinião de alguns alunos em entrevista sobre os critérios da localização dos Centros Públicos, deve ser considerado pelos gestores públicos. A Figura 2 mostra claramente onde as empresas estão mais concentradas no espaço urbano do Recife.



Podemos visualizar a forte concentração de empresas – acima de 10 mil, sobre o total de 36.500 – na área central histórica da cidade (representada pelo código 01); em seguida, destacam-se, respectivamente, a área dos bairros de Boa Viagem e Pina (representada pelo código 02), bem como a área dos bairros que se acham localizados no eixo leste-oeste da cidade (representada pelo código 03). São estas, portanto, as áreas mais

dinâmicas do ponto de vista econômico do Recife e que, ao mesmo tempo, pelo menos até o presente momento, não existe nenhum Centro Público em funcionamento. Como essas grandes áreas econômicas não são homogêneas tais como a figura sugere, vale a pena ressaltar que, no interior de cada uma, existem muitos territórios – áreas pobres, zonas especiais de interesse social – cuja maioria da população residente acha-se pertencendo a níveis baixos de renda e vivendo sob precárias condições de vida. Por que então não aproximar os CPPTRs desses territórios? Por esta razão cabe indagar em que medida esta realidade está sendo considerada nas discussões e decisões quanto à localização dos CPPTRs.

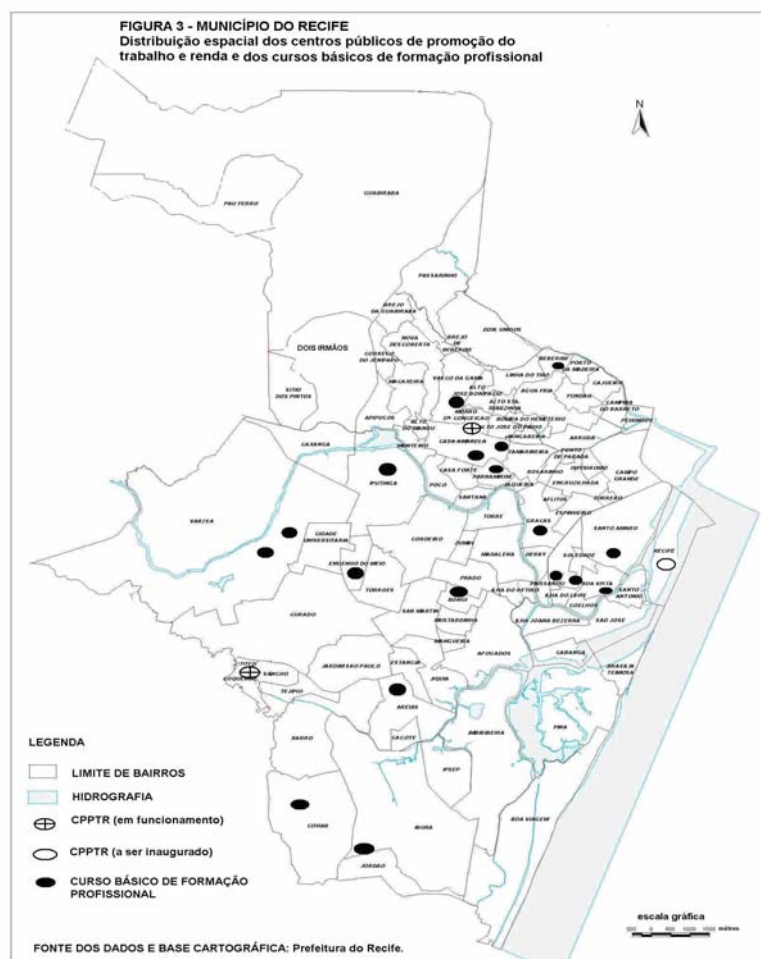
Mesmo ao considerar essas grandes áreas econômicas da cidade como critério de localização, dever-se-á ampliar a escala de cada uma a fim de identificar os subespaços nos quais outros Centros Públicos poderão territorializarem-se; já que as políticas públicas não devem limitar-se apenas à escala cartográfica – aquela usada pelos gestores político-administrativos – dos fenômenos. Mas, ao mesmo tempo, considerar a sua escala geográfica – a da vida cotidiana das pessoas para as quais aquelas políticas se voltam, a dos *homens lentos* – a fim de fazer com que as suas ações realmente aproximem-se das necessidades humanas, tal como nos lembram Racine, Raffestin e Ruffy (1983).

Nesse sentido, segundo alunos dos cursos oferecidos pelos Centros Públicos em apreço, residentes em territórios situados em outros bairros da cidade – Afogados, Areias, Bongi, Campo Grande, Caxangá, Cordeiro, Engenho do Meio, Graças, Ibura, Iputinha, Mustardinha, São José, Santo Amaro, Torre e Várzea (freqüentadores de cursos no CPPTR de Casa Amarela); Boa Vista, Cordeiro, Ibura e Mangureira (freqüentadores de cursos no CPPTR de Totó), o ideal seria que se fixassem mais Centros Públicos em outros territórios da cidade a fim de contemplar outras pessoas ali residentes. É verdade que, não obstante os alunos receberem um auxílio mensal à freqüentação do curso, muita gente fica de fora visto que o número de cursos não atende a significativa demanda existente; portanto, se existisse efetivamente uma malha territorial densa desses centros, ter-se-ia uma situação próxima ao que J. Lévy chama de *justiça espacial*.

Não se deve desconsiderar, assim, a necessidade de se adotar um outro critério relevante à localização espacial dos CPPTRs, ou seja, aquele que diz respeito à localização dos Subcentros Comerciais existentes no interior daquelas grandes áreas comerciais – a exemplo dos de Afogados, Encruzilhada, Nova Descoberta e outros – pelos quais, diariamente, circula uma significativa quantidade de pessoas, já que constituem, também,

importantes *nós* viários da cidade. Foi o que nos revelaram, em entrevista, alunos residentes em territórios próximos àquelas áreas.

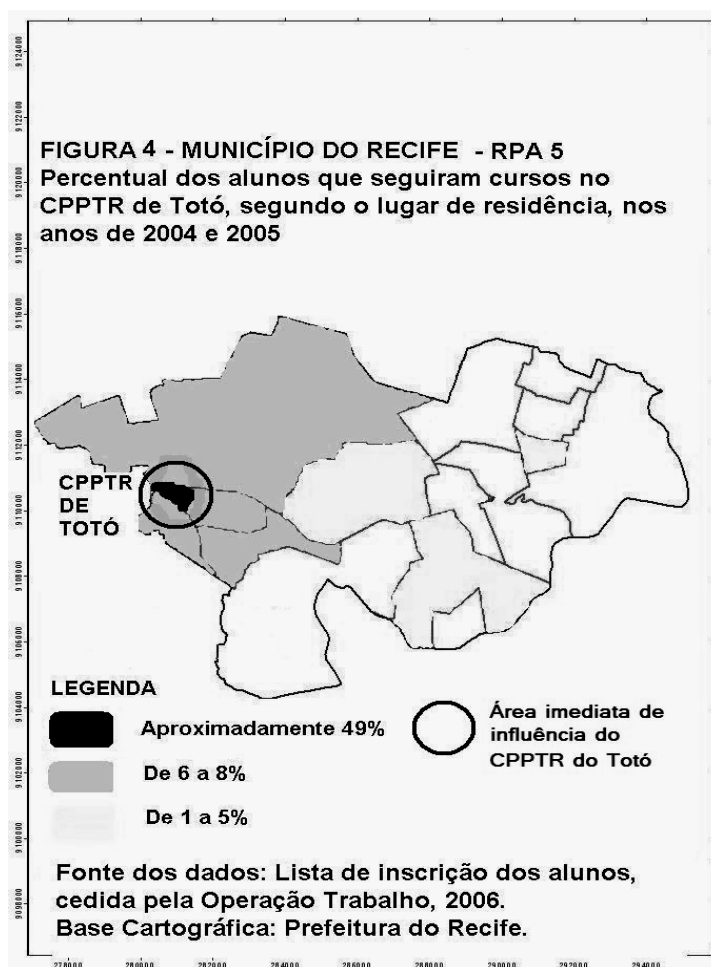
A Figura 3 mostra-nos a localização dos CPPTRs – aqueles que se acham em funcionamento e aquele que ainda está para ser inaugurado no bairro do Recife (o Recife Antigo, área objeto de programas de revitalização urbana, concretamente deste os anos 1990) na cidade do Recife, bem como a dos Cursos Básicos de Educação Profissional. Estes funcionam em escolas tradicionais da rede pública municipal de ensino, representando experiências de cursos de profissionalização consolidadas na cidade a qual, em certa medida, parece conflitar com a experiência dos CPPTRs.



A malha territorial da experiência dos Cursos Básicos de Educação Profissional é relativamente muito mais significativa do que a dos CPPTRs, ainda em processo de construção. Isto reúne, em certa medida, um conjunto de fatores que talvez estejam dificultando o desabrochar da segunda experiência em termos de programas sociais de inclusão social: funcionários habituados a práticas tradicionais de ensino e treinamento;

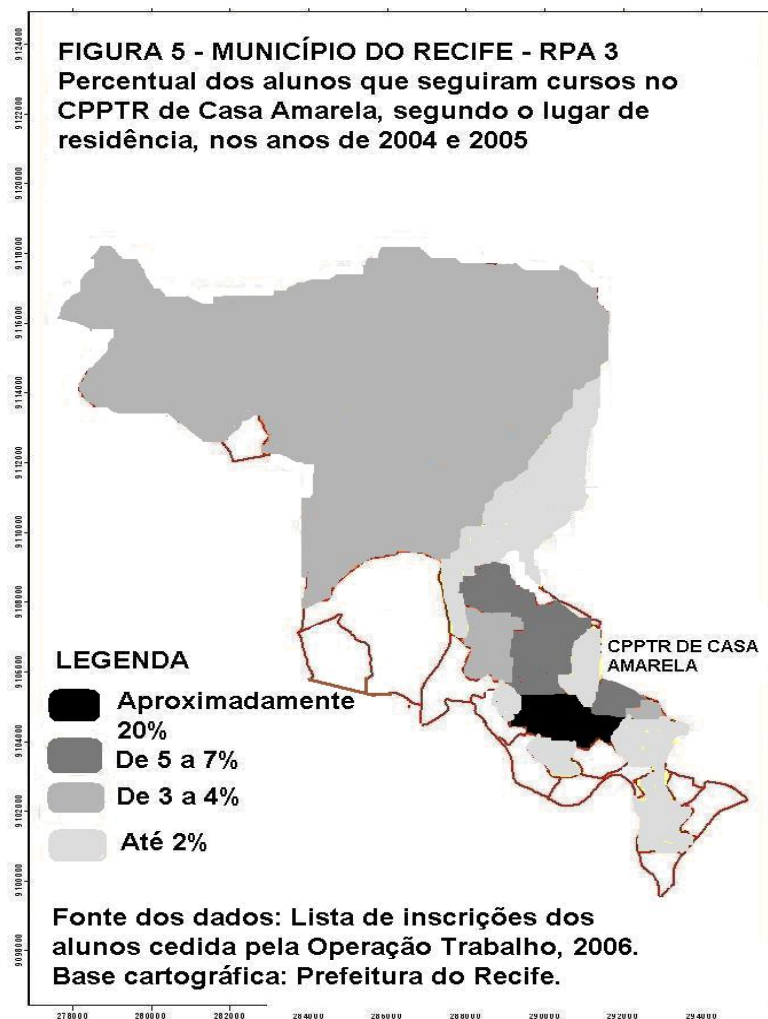
pressão por investimentos que sustentam práticas assistencialistas de formação profissional, etc.

No que diz respeito especificamente à localização do CPPTR do Totó, a Figura 4 mostra-nos que, no território de Totó (representado pela tonalidade mais escura), a maioria dos alunos é oriunda do próprio bairro no qual o Centro Público acha-se localizado, embora também este Centro atraia pessoas de outros territórios que o circundam, situados nos bairros de Curado, Tejipió, Sancho e Coqueiral (representados pela tonalidade mais acinzentada). Concomitantemente, identificou-se que, para lá, se dirigem também pessoas residentes em outros bairros um pouco mais distantes de Totó a exemplo de Jardim São Paulo, Areias e Mangueira (representados pela tonalidade mais clara).



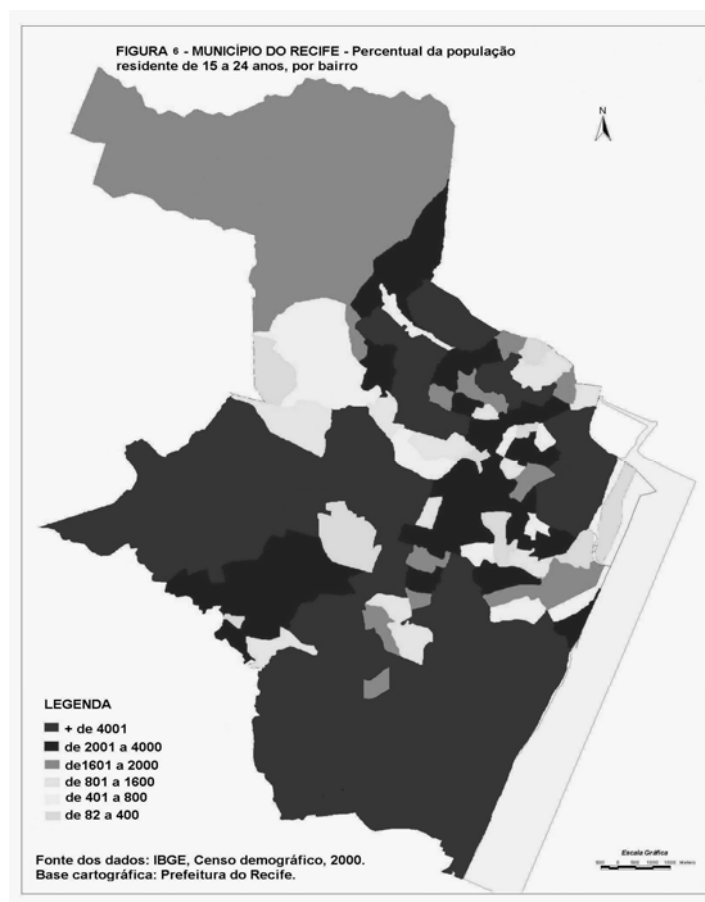
É verdade que o próprio bairro de Totó acha-se localizado em meio à Zona especial de interesse social (Zeis) Cavaleiro, respeitando também o critério proximidade territorial com relação a populações de baixa renda vivendo sob condições precárias de existência. Todavia, por que razão ainda não se instalou CPPTRs próximos das Zeis Planeta dos Macacos, Jardim São Paulo I e II, Areias (Jardim São Paulo); Barro (Barro); Capuá, Jardim Uchôa e Caçote (Areias) e tantas outras mais situadas na RPA 5?

Do mesmo modo, a Figura 5 deixa patente que a maioria dos alunos que frequentam cursos no CPPTR de Casa Amarela (área representada pela tonalidade preta) é oriunda de territórios de bairros próximos ao Centro Público – Alto José do Pinho, Nova Descoberta e Vasco da Gama (representados pela tonalidade acinzentada mais escura), Mangabeira, Macaxeira e Guabiraba (representados pela tonalidade acinzentada) e Brejo da Guabiraba, Casa Forte, Córrego do Jenipapo, Morro da Conceição, Passarinho, Tamarineira e Graças (representadas pela tonalidade acinzentada mais clara).



O mesmo raciocínio que fizemos com relação ao caso do CPPTR na RPA 5 pode ser feito para o caso do CPPTR da RPA 3, ou seja, faz-se necessário aproximar essa iniciativa do forte contingente populacional que se acha densamente localizado nos territórios dos bairros ao norte da Avenida Norte. Sobretudo daqueles territórios mais afastados do atual CPPTR de Casa Amarela: Córrego do Jenipapo, Brejo de Beberibe, Nova Descoberta, Alto Santa Terezinha, Linha do Tiro, Dois Unidos e outros tantos.

A Figura 6 mostra bem a distribuição espacial da população – dita jovem – que se situa entre as faixas de 15 a 24 anos de idade, por bairros, no município de Recife; critério que também deveria ser utilizado pelos gestores públicos a fim de localizar os CPPTRs. As pessoas entrevistadas nos Centros Públicos apontam esta necessidade quando dizem que: “... é grande o número de adolescentes sem emprego no bairro onde moro [Guabiraba] se eles tivessem fazendo algum curso poderiam conseguir um emprego e não estariam sem fazer nada...”; “... o senhor não sabe quanta gente tem lá onde eu moro [Planeta dos Macacos] sem fazer nada, esperando que se ofereça um curso, algo para fazer para conseguir um trabalho...”. Temos muitos outros depoimentos sobre este assunto, cujo conteúdo é o mesmo, daí por que não os reproduziremos mais a fim de não cansar o leitor.



Convém, então, reiterar que o exercício da proximidade territorial das pessoas – pobres – com relação aos serviços ligados à qualificação para o trabalho continua sendo um fato fundamental a ser considerado no processo de inclusão social das pessoas que os procuram; sobretudo em função da dificuldade, como argumentam os próprios alunos entrevistados, de terem condições de arcarem com os custos – exorbitantes para eles – com transportes nos seus deslocamentos diários.

A idéia fundamental desta experiência reside na tentativa de se criar, num único objeto espacial situado em um território – o qual, para os gestores do Programa, deve ser uma RPA –, um conjunto de condições necessárias à inclusão social rumo à construção da cidadania das pessoas que procuram fazer os cursos ali oferecidos. Sendo assim, num único objeto espacial – geralmente um edifício onde funcionam centros comunitários, nos dois casos já implantados –, fixam-se diversas atividades voltadas à qualificação de pessoas na sua complexidade, dentre as quais destacamos as seguintes: cursos de capacitação ao trabalho, banco do povo, incubadoras de pequenos negócios, balcão de apoio técnico, agências de empregos, etc.

Nesse sentido, o espaço começa a concentrar e articular um conjunto de atividades e ações que, se trabalhadas de modo conseqüente, poderão contribuir ao *fortalecimento do lugar*, fator fundamental no processo de construção do espaço da cidadania. Ao mesmo tempo, tem-se visto que esta experiência compreende, em teoria, a qualificação como uma ação processual que ultrapassa a dimensão de prover o mero treinamento de pessoas ao exercício de ofícios no mercado de trabalho urbano; o que é propiciado pela discussão promovida pela própria percepção da estrutura de organização espacial do território onde esses cursos são fornecidos.

Por essa razão é que, na nossa maneira de ver, somente na medida em que se pensa e pratica um uso conseqüente do território – isto é, vinculado às necessidades reais das pessoas que a ele se acham vinculadas –, poder-se-á chegar a um outro modelo de sociedade. Em nível do Brasil, vale lembrar que:

Um novo modelo de educação profissional decorrente da diversidade das ocupações atuais precisaria ser construído. Uma estratégia renovada da formação da força de trabalho precisaria levar em consideração, pelo menos, três condições. A primeira envolve *repactuação* entre todos os segmentos que atuam com a formação profissional [...] em torno de um novo modelo de construção de política pública para o trabalho. A segunda condição diz respeito à monitoração e à *observação* dos atuais resultados do modelo de formação profissional diante dos desafios recentes das transformações da economia brasileira, com o estabelecimento de metas de efetividade, eficácia e eficiência dos programas de qualificação e treinamento. A terceira condição refere-se ao *envolvimento dos atores* (setores empresarial, governamental e trabalhadores) no desempenho do novo modelo de formação,

culminando na melhor transição do sistema de educação para o setor produtivo, assim como integrar e articular as ações públicas para o mercado de trabalho com o desenvolvimento econômico. (itálicos no original) (POCHMANN, 2002).

Em Recife, alguns dos instrumentos estratégicos dos CPPTRs, inserindo-se na segunda condição à construção de um novo modelo de inclusão social apontada acima, são os seguintes:

- **Observatório da situação de emprego, geração de renda e formação profissional**, tentando construir um espaço de pesquisa e discussão sobre a situação do emprego e desemprego; para propor políticas públicas de trabalho e renda com base em novas possibilidades de inclusão social;
- **Laboratório de socialização e sistematização de metodologia e desenvolvimento tecnológico**, voltado a uma nova prática de educação profissional; propondo-se também a construção de um espaço de incubação de novos empreendimentos e desenvolvimento de tecnologias adequadas às demandas da economia local.

Se, por um lado, a proposta ora analisada contrapõe-se à idéia tradicional de diagnóstico – monólogo construído por um único técnico vindo de fora – visando fazer uma apreciação situacional mediante um diálogo entre os atores envolvidos e rastreando os problemas a fim de tomar decisões democraticamente; por outro lado, tanto o Observatório quanto o Laboratório, acima referidos, ainda não conseguiram impor-se como processo decisivo na gestão da promoção do trabalho e renda na cidade. Talvez isso aconteça em função da ausência de uma forte participação dos movimentos sociais no sentido de lutarem não apenas pelo acesso a cursos de capacitação, a investimentos para abertura de iniciativas empresariais, etc.

Com efeito, um dos maiores problemas identificado por nós reside, justamente, no fato da inexistência de uma participação social mais forte no sentido da construção de um novo modelo de sociedade, na medida em que as pessoas ainda se contentam com soluções limitadas e pontuais. Para a promoção efetiva dessa participação, uma maior aproximação geográfica das ações públicas com relação às populações interessadas, criando uma malha territorial conseqüente, deve ser um caminho a ser seguido.

Em termos concretos, podemos acrescentar que ainda permanece uma série de outros entraves à concretização efetiva da idéia de criação dos CPPTRs os quais acabam

impedindo o processo de mudança das condições de vida das pessoas para as quais as ações de qualificação se voltam. Dentre tais entraves, citamos, também, os seguintes:

- Utilização, vale reiterar, da RPA como critério único de localização dessas iniciativas, não se levando também em consideração a necessidade de localização dos CPPTRs nos diversos centros comerciais existentes na cidade os quais são freqüentados cotidianamente por pessoas de baixa renda; assim como em outros lugares da cidade nos quais existem fortes necessidades de fixação desses Centros;
- Além desta limitada distribuição espacial, cabe colocar ainda o fato da constatação do menor vínculo entre os cursos oferecidos com as necessidades reais de uma formação que prepare as pessoas para se tornarem não somente trabalhadores, mas também cidadãos autônomos. Segundo alguns entrevistados, em vez de lhes ensinarem apenas a abrir e fechar um computador, enviar e receber mensagens eletrônicas, seria muito mais interessante preparar as pessoas para pensarem e criarem programas de computação;
- Ausência de maior empenho de outros setores da administração municipal. Os CPPTRs são geridos por uma diretoria vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria de Educação;
- Há desconhecimento das ações desses Centros no interior mesmo do aparelho administrativo da Prefeitura do Recife; mesmo funcionários da Secretaria de Educação desconhecem a experiência;
- Existem resistências no que tange ao andamento da proposta, talvez em função de outras experiências mais consolidadas dentro da própria Prefeitura a exemplo daquelas que acontecem no interior da rede de (19) Escolas de Cursos Básicos de Formação Profissional (como vimos na Figura 3) as quais remontam, no caso de algumas escolas, ao período do movimento de cultura popular do fim dos anos 1950 e início dos 1960;
- Morosidade do processo de expansão dos CPPTRs, isto é, em cerca de seis anos de gestão da atual equipe ligada ao PT, funcionam apenas dois Centros Públicos.

A permanência do conjunto dos entraves à promoção do trabalho e renda de populações pobres, acima apontados, evidentemente, já faz parte da formação sócio-espacial de uma cidade com fortes desigualdades sócio-territoriais.

Porém, pela primeira vez na vida das pessoas envolvidas, dois espaços a elas vinculados estão sendo tratados como um espaço de encontro, ou seja, de reunião e articulação dos mecanismos mediante os quais poderão começar a construir o seu *direito à cidade* a exemplo dos Centros Públicos de Totó e Casa Amarela.

Recentemente, aos 6 de dezembro de 2006, ocorreu, em Recife, um fórum que discutiu a necessidade de se fazer uma articulação, em rede, das ações visando à promoção de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com outros municípios da área metropolitana do Recife: Olinda, Jaboatão, Camaragibe, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, Paulista e Itamaracá. Além da participação do secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Recife, defendendo esta idéia. Esteve presente nesse fórum, a delegada da Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, Fábila Esteves, ressaltando a necessidade do envolvimento do Ministério do Trabalho e Renda⁸. Esta iniciativa constitui, portanto, um outro salto importante no sentido de sair da situação de isolamento em que se acham as ações dos CPPTRs, embora se trate de um primeiro passo.

E, se a sociedade continuar atuante e pressionando o Estado no sentido de ter acesso ao que o mundo contemporâneo lhe pode oferecer, valorizando o seu território de vida, poderemos concretizar – claro que numa perspectiva processual de avanços e recuos em função dos resultados das lutas e resistências dos movimentos da sociedade – a

⁸ Na história da trajetória das políticas nacionais de formação ao trabalho, coube ao setor privado, a tarefa de formação do trabalhador urbano, vinculado às necessidades do processo da industrialização brasileira, contribuindo à profissionalização do operário. Preocupação que teve início nos anos 1930 e 1940 com o surgimento do “Sistema S” e investimentos pesados no setor. Nos anos 1970 e 1980, com a criação do Sistema Nacional do Emprego (SINE), continuou-se a qualificar a mão-de-obra, sob a batuta do capital industrial. Nos anos 1990, com a abertura do país e o discurso da competitividade, engendrando o aumento do desemprego, sobretudo, nas áreas metropolitanas, o Estado passa a ser um importante protagonista na formação da mão-de-obra, mediante o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), suscitando vários programas de provisão de qualificação ao trabalho, minicréditos e outros. Nota-se neste período preocupações do Estado para com a inclusão social dos des-integrados e informais, direcionando as suas ações para os trabalhadores não incluídos. Nos anos 2000, continua a ocorrer a base de financiamento do Sistema S para aqueles que possuem, pelo menos, o ensino médio, e o Estado continua investindo em programas que têm como foco populações não incluídas da sociedade. (Fragmentos de palestra de um representante do Ministério do Trabalho, proferida em março de 2007, no VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), realizada na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa). Todavia, faz-se mister continuar indagando em que medida essas ações governamentais são realmente eficazes no processo de inclusão social ou não passam de uma retórica dos poderes instituídos a fim de manterem a ordem sócio-espacial existente, não obstante, em cenário de fortes desigualdades sócio-territoriais reforçadas pelo neoliberalismo, já seja algo diferente.

hipótese da construção do espaço da cidadania. Somente assim é que o território tornar-se-á um *lugar forte* para que os seus moradores consigam, em vez de se sujeitarem a ordens distantes que lhes alienam e oprimem, negociar e escolher o que for melhor para a sua vida cotidiana.

Assim sendo, de acordo com SEN (2000), na medida em que se forem eliminando as privações de liberdade, fazendo expandir a liberdade, no sentido de barrar as limitações quanto às suas escolhas e oportunidades de exercer ponderadamente sua condição de agente e, por conseguinte, de atingir o desenvolvimento (como liberdade), ter-se-á enfim não só um outro modelo de formação profissional e de trabalho como também de sociedade; portanto uma nova dinâmica socioespacial da cidade. E com isso o discurso da mudança social tornar-se-á efetivamente realidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Num mundo em que, segundo Bauman (2005), os compromissos da modernidade são rompidos, são produzidos cada vez mais refugos, inclusive refugio humano. Neste caso, convém atentar para o fato de que:

Um dos diagnósticos mais comuns é o desemprego, e em particular as baixas expectativas de trabalho para os recém-saídos da escola que ingressam sem experiência num mercado preocupado em aumentar os lucros cortando os custos com mão-de-obra e se desfazendo dos ativos, em vez de criar novos empregos e construir novos ativos. Um dos remédios mais considerados são os subsídios estatais que tornariam a contratação de jovens um bom negócio (pelo tempo que durassem os subsídios). Enquanto isso, uma das recomendações oferecidas com mais frequência aos jovens é serem flexíveis e não muito seletivos, não esperarem demais de seus empregos, aceitá-los como são, sem fazer muitas perguntas, e tratá-los como uma oportunidade a ser usufruída de imediato, enquanto dure, e não como o capítulo introdutório de um projeto de vida, uma questão de auto-estima e auto-definição, ou uma garantia de segurança a longo prazo (BAUMAN, 2005).

Imaginemos o caso de um significativo contingente populacional que nem teve acesso a uma educação fundamental e média de qualidade como no caso de muitas cidades brasileiras. Daí ser fundamental a criação e implementação de ações governamentais voltadas à qualificação dessas pessoas em seus próprios territórios de vida. Neste sentido, Pochmann (2002) lembra-nos da necessidade de concretizar “Programas de treinamento

associados” para o desemprego e, concomitantemente, para os trabalhadores sob o risco de demissão, a fim de suavizar a fragilização socioeconômica das pessoas.

Nossa reflexão teve como pretensão, mostrar o papel do espaço geográfico, como uma instância social, no processo de implementação de ações governamentais que se ocupam da gestão de programas de qualificação ao trabalho; numa perspectiva de capacitação que, ao nível do discurso, vai além do mero treinamento ao exercício de ofícios no mercado de trabalho urbano, articulando-se, inclusive a outras ações concentradas em territórios específicos mais próximos das pessoas. Trata-se de uma experiência pertinente a qual, embora aconteça de modo tímido, pretende evitar a continuidade da produção do *refugo humano* à qual Bauman se refere.

Com efeito, se até um passado bem recente o espaço era usado apenas para aproximar algumas ações do Estado no sentido, sobretudo, da atenuação de iminentes tensões ou conflitos sociais como no caso da experiência do PCS; hoje em dia, com a experiência dos CPPTRs em Recife, o espaço geográfico passa a ser pensado e mesmo praticado numa perspectiva de promover o encontro entre pessoas e ações. Isto já é uma nova territorialidade em construção a qual se delineia na cidade mediante uma nova dinâmica socioespacial, embora precise ser repensada e, efetivamente, consolidada.

Fundamentando-nos nesta experiência – tendendo a ser, não obstante os entraves existentes, de certa forma, inovadora e criativa –, vislumbramos uma possibilidade da concretização da construção do espaço da cidadania. Mas como um processo que, se não for norteado por parâmetros de uma gestão – articulada a um planejamento – conseqüente, resultante da pressão consciente e livre dos movimentos sociais defensores da cidadania, poderá caminhar num sentido não desejado por nós. Daí a necessidade de acompanharmos este processo, como estamos fazendo, praticamente desde o seu início, a fim de elucidá-lo.

5. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. 2002. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 8ª. ed. São Paulo: Cortez.
- ARCOVERDE, A.C.B. 1991. **Une alternative à l'exclusion sociale? Unités productives communautaires à Recife/Brésil.** Tese (doutorado em geografia), apresentada no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine/Université de la Sorbonne-Nouvelle, Paris.
- BAUMAN, Z. 2005. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTILHO, C.J.M. de. 2002. Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: Uma história dos movimentos de bairro,

conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. **Revista de geografia**. Recife, v. 17, n. 2, p. 29-61.

_____. 2003. Gestão de programas sociais de capacitação para o trabalho, na cidade do Recife: A proximidade territorial em questão. **Revista de geografia**. Recife, v. 20, n. 2.

_____. 2004. Serviços urbanos e perspectivas concretas de criação de trabalho em Recife. **Territórios**. v. 10-11, p. 195-214.

_____. 2007. Lugar e trabalho: uma reflexão sobre o papel do espaço geográfico em ações governamentais à promoção do trabalho. **Anais**. VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, realizado no período de 15 e 16 de março de 2007, em João Pessoa.

HARVEY, D. 1996^a. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6^a. ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 1996b. Do empresariamento ao gerenciamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**. n. 39, p. 48-64.

_____. 2004. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola.

KOGA, D. 2003. **Medidas de cidades. Entre territórios de vida e territórios vivos**. São Paulo: Cortez.

POCHMANN, M. 2002. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial.

RACINE, J. B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V. 1983. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135.

SANTOS, M. 1996. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2^a. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1987. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.

_____. 2000. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record.

_____. 2003. **Economia espacial. Críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp.

SOUZA, M.L. de. 2000. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. **Terra livre**. São Paulo, nº. 15, p. 39-58.

SEN, A. 2000. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.